ACTA NÚMERO 3/2007

Sessão ordinária do dia vinte e nove de Junho de dois mil e sete. ----------

Ao vinte e nove de Junho do ano dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas quinze horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência do senhor João Heliodoro da Silva Dantas, estando ainda presentes, o senhor António Manuel Pita Rentróia e a senhora Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira, como primeiro e segundo secretários, respectivamente. ----------

Presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as actas desta Assembleia Municipal----------

Estavam também presentes, os senhores: Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Filipe Machado de Albuquerque, o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Bruno Miguel Camacho Pereira, o Vereador Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, o Vereador Henrique Miguel Figueiredo da Silva Costa Neves, o Vereador João José Nascimento Rodrigues e a Vereadora Rubina Maria Branco Leal Vargas. ----------

Foi verificada a existência de quórum por estarem presentes os seguintes deputados municipais: - **Do PSD**: - Carlos Alberto Rodrigues, José Manuel Faria Pereira Camacho, Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes, Maria Gabriela Pereira Fernandes, Maria João Pereira Delgado Gomes, Marisa Maria Pereira dos Santos Costa, Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, Raquel João Martins da Silva, Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira; Rui Freitas Pereira, Rui Nuno de Barros Cortez, Rui Pedro Gouveia de Sousa, Celso Maurílio Vieira Martins, João Augusto Andrade Jesus; João José Araújo Dias Borges; José Manuel Coelho; Graça Maria Gomes Capelo, João Manuel Freitas Machado, Jorge Simplício Pereira Pestana; José António Pestana Rodrigues; José António Freitas Rodrigues e Rui Emanuel Freitas Nunes. **Do**

PS: -Guido Marcelino Mendonça Gomes; José António Vieira Henriques; Cláudio Filipe Gouveia Torres; José Emanuel Dias Rodrigues; Micaela Gomes Camacho, José Gabriel Pereira de Oliveira, Tânia Sofia Andrade Gonçalves e Paulo Alexandre Barata. **Do PCP-PEV** – Maria José Gomes Afonseca Alves, José Carlos Rodrigues Ferreira e Énio Dionísio Vieira Martins. - **B.E**.- Carlos Alberto Pereira e Fernando Manuel Garcia da Silva Letra. **Do CDS-PP**: - Rui Ludgero Olim Marote. ----------

Verificando a existência de quórum**,** o Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento da correspondência que deu entrada no Gabinete da Assembleia, nomeadamente: As substituições dos Presidentes das Juntas de Freguesia, a interrupção do mandado do Presidente da Junta de Freguesia de S. Gonçalo, sendo o mesmo substituído pelo senhor João Manuel Freitas Machado, o prolongamento da suspensão, por mais seis meses, da deputada municipal Guida Maria Vieira Martins e o PS, de acordo com o artigo quarenta e seis B da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, informou que o senhor José António Vieira Henriques, a partir desta data, passa a integrar o grupo municipal do PS nesta Assembleia ----------

Justificação de faltas: - Foi entregue no Gabinete da Assembleia Municipal a justificação de faltas dadas nesta sessão dos seguintes deputados municipais. - **Do PSD**: - Teresa Maria Prado de Almada Cardoso Perry Vidal, Ricardo Jorge Alves Delgado e Ana Patrícia Correia Brazão de Castro**. Do PS:-** Maximiano Alberto Rodrigues Martins e do **CDS/PP:-** Maria Cecília Pereira de Gouveia Cachucho--------

Faltas: - Verificou-se não estar presente o deputado municipal Roberto Paulo Ferreira Vieira, podendo o mesmo justificar a falta por escrito no prazo de cinco dias a contar da data da sessão, nos termos regimentais e do ponto dois do artigo

quadragésimo sexto da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro----------

Pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia foi posto à apreciação e votação a acta relativa à sessão ordinária de vinte e sete de Abril, a qual foi aprovada por unanimidade----------

Período antes da ordem do dia.----------

Inscrições:----------

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE usou da palavra para fazer as seguintes intervenções, as quais se transcrevem na íntegra: "**Primeira proposta de recomendação** "Atendendo a que se pode estar perante um ilícito que prejudica esta autarquia e, por consequência, todos os cidadãos cumpridores dos seus deveres perante a sociedade, o grupo municipal do BE apresenta à Assembleia Municipal do Funchal esta proposta em que é recomendado aos serviços fiscalizadores competentes da CMF que sejam efectuadas as diligências necessárias para se apurar a origem, e a sua legalidade, da energia eléctrica e do fornecimento de água que abastece as vivendas constantes da conhecida como Urbanização VIP, uma vez que estas não dispõem de licença de habitabilidade, logo não poderiam ter aqueles serviços disponibilizados. Esta proposta não tem qualquer intuito persecutório mas tão só o esclarecimento de uma situação que se apresenta deveras estranha aos olhos de todos os que defendem a legalidade".----------

Segunda proposta de recomendação - Direito Público:" Tendo em conta que a Vereda dos Três Paus à Viana é uma Vereda centenária, que actualmente se encontra obstruída, visto que um particular entendeu colocar um portão como se a zona fosse privada, impedindo que os restantes moradores a utilizem, tendo em conta que o facto desta Vereda ser utilizada por inúmeras pessoas durante mais de cem anos; a

assembleia municipal reunida no dia vinte e nove de Junho perante este cenário, recomenda à CMF o cumprimento rigoroso da desobstrução da referida vereda, afim que os moradores possam lá passar."----------

O deputado municipal Rui Ludgero Olim Marote, do CDS/PP, interveio dizendo:" Hoje vou contar-vos uma história verdadeira, que é a narração dos acontecimentos do passado que contribuíram para o aperfeiçoamento das condições intelectuais e espirituais, cujo protagonista é o próprio homem. Vou contar a história do Clube Sport Madeira. Já lá vai um mês que deflagrou o incêndio no Clube Sport Madeira, pelas quatro e meia da manhã e qual é o meu espanto que às onze e trinta da manhã, vejo o senhor Presidente da Câmara em frente do edifício, ser o sujeito da oração e o Madeira passar a ser o complemento indirecto. O senhor Presidente foi o protagonista e já estava a anunciar que tinha um projecto. Mas, para vos contar a história do Madeira, eu tenho de passar precisamente pelo ano dois mil e um. Em dois mil e um, muitos de vós não estavam nesta sala, quando apresentei no dia treze de Agosto, uma proposta para que fosse dado o nome a uma Rua, Beco ou Vereda, em nome do senhor Richard Blandy, que tinha falecido Esta Câmara transformou essa proposta num voto de pesar. O senhor Richard Blandy, foi uma pessoa que tinha feito naquela área o Centro Comercial S. Lourenço, tinha feito as Galarias de São Francisco, por isso merecia essa distinção. A Câmara assim não quis, mas hoje a Câmara veio dar a razão. Queria dizer que o prédio onde se encontra o Madeira, era propriedade da família Blandy. O senhor Richard fez uma proposta e doou ao Clube Sport Madeira o edifício e, em contrapartida, recebeu a entrada para as Galarias de S. Lourenço. O Clube ficou de pagar condomínio daquela zona, nunca o fez, mas hoje recebe seguro devido ao incêndio, vai beneficiar de um seguro que nunca pagou. A CMF ajudou nesse capítulo, pois já tinha o tal projecto. O projecto do recuadinho onde será

instalado a sala do património do clube. Será que as mesas dos bilhares que não estavam lá, será que essa mesa vai voltar, pois é o único património que existe e nessa altura o senhor Richard entregou um cheque de quinze mil contos ao Madeira para obras, esse cheque não se encontra nas contas do Madeira, esse cheque desapareceu. Penso que depois disto, esta Câmara deveria pensar, que se a minha proposta em dois mil e um para dar o nome Richard Blandy a uma rua, voltasse novamente a ser revista. Quero pedir ao senhor Presidente da Câmara, que divulgue o contraditório do relatório da Vice-Presidência que V. Ex.ª. enviou."----------

A deputada municipal Maria José Gomes Afonseca Alves, do PCP/PEV, interveio dizendo:" Do conjunto de habitação Santo Amaro Quatro, alguns dos blocos apresentam diversos defeitos de construção, a nível de acesso e de garagens. Tivemos conhecimento que o empreiteiro daquela obra abriu falência da sua empresa, tendo em conta que o prazo de garantia desta obra está terminado ou se já não terminou, gostaríamos de saber o ponto de situação referente a esta questão. Lembramos que em Março deste ano, a senhora vereadora Dr.ª. Rubina Leal informou que a Câmara tinha conhecimento desta situação e que seria tomado as providências adequadas. Gostaríamos de saber qual o ponto da situação em relação a esta questão e que providências foram tomadas?"----------

O deputado municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV, usou da palavra para fazer a seguinte intervenção, que abaixo se transcreve na íntegra:" A segurança assume um papel fulcral nas preocupações diárias das populações. Nos últimos tempos somos constantemente e cada vez mais alertados por noticias que relatam assaltos, roubos, vandalismos da mais diversa ordem, consumo e tráfico de droga e outros tipos de violência e criminalidade, até é possível identificar áreas, zonas e localidades, onde a frequência destas acções mais se faz sentir. Alguns

exemplos destas zonas, são as Madalenas, onde constantemente são denunciadas roubos, assaltos. O Pilar, os Três Paus, Santa Rita, onde recentemente foi registado uma vítima mortal. Estes entre outros que constituem outros exemplos de situações de grave insegurança com todas as dificuldades e problemas que acarretam para as populações envolvidas. Parece-nos que esta é uma questão de extrema importância e que deve envolver toda a sociedade. Não é exclusiva das força da segurança pública e em particular os órgãos do Poder Local, porque são aqueles que estão mais próximos das populações, devem encarar esta questão como uma prioridade da sua acção. Assim, solicitamos ao senhor Presidente da CMF, que nos esclareça algumas dúvidas que aqui pretendemos colocar. Que formas de articulação se verificam entre a CMF e as forças de segurança, nomeadamente a Polícia da Segurança Pública? Realizam-se encontros regulares entre o executivo camarário e o Comando Regional para analisar a situação da segurança da população do concelho? A Polícia da Segurança Pública fornece regularmente dados ou relatórios à CMF?”----------

O deputado municipal José Emanuel Dias Rodrigues, do PS, usou da palavra para fazer a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra:” Como todos sabem está a decorrer uma obra de ampliação do Estádio Engenheiro Rui Alves e o alargamento das vias de acesso a este estádio. Durante a fase inicial das obras houve grande transtorno para os residentes naquela zona devido às terras soltas aliadas às chuvas habituais naquela altura do ano. Todo o entulho que se acumulou no Caminho do Terço, um caminho com elevado declive, fez aumentar o perigo para a circulação de pessoas e veículos. Ultimamente, devido à passagem de carros pesados de apoio à obra de alargamento da parte superior do Caminho do Terço veio aumentar ainda mais a degradação, que já era elevada e evidente. A responsabilidade desta situação é repartida pela empresa que está a efectuar a obra e pela CMF. A empresa porque não

fez tudo o que estava ao seu alcance para minorar o impacto da obra utilizando uma via que de modo algum foi preparada para ser utilizada por camiões. E por outro lado a responsabilidade da Câmara, porque não foi diligente de modo que rapidamente a via fosse reparada. Os prejudicados com toda esta situação são todos os moradores daquela zona e todos os funchalenses quem terão de pagar o estrago feito por uma empresa negligente. Pedimos, que seja dada toda a tenção a este caso e a casos semelhantes que acontecem todos os dias na cidade do Funchal de modo a assegurar a qualidade de vida a todos os funchalenses."----------

O deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS usou da palavra para fazer a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra:"Os autarcas do PS vêm desta forma denunciar nesta Assembleia o estado de abandono, de alguns terrenos existentes junto ao Hospital dos Marmeleiros, que estão a por em perigo os moradores desta zona, bem como o referido Hospital e o Centro de Saúde do Monte, principalmente nesta época quente do ano. Pensamos que já é altura da CMF providenciar a limpeza desta mata, antes que aconteçam situações mais graves, como aconteceu recentemente na zona da Graça, onde o fogo consumiu uma faixa considerável de zona verde. Sugerimos que a CMF providencie a limpeza desta mata, e que crie um jardim público com estacionamento para moradores, retirando assim as viaturas estacionadas na Estrada dos Marmeleiros, evitando mais acidentes mortais e melhorando a fluidez e a segurança do trânsito".----------

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, usou da palavra dizendo:"Começando pela proposta do BE em relação à Vereda dos Três Paus à Viana, é uma situação que desconhecíamos por completo. E, aquilo que podemos dizer é que perante situações destas, lamentamos até que isto apareça só como uma proposta de recomendação, se calhar passados quinze dias ou um mês desta situação

acontecer. Aquilo que pedimos ao senhor deputado e a todos os senhores deputados, é que perante o conhecimento destas situações nos fazem chegar directamente aos serviços, porque assim durante o decurso dessas obras, poderíamos ter intervido. O que eu posso lhe dizer é que vamos de imediato averiguar a legalidade desta situação, que estranhamos e, se os factos que o senhor deputado descreve a ser realmente estes, é uma situação grave e que de maneira nenhuma passará impune e que será devidamente esclarecida. Em relação à segunda questão, o que lhe posso dizer é que em relação à CMF, não existe qualquer tipo de fornecimento do bem que ali está da água. Em relação à electricidade não lhe posso dar essa informação, mas da nossa parte cumprimos com aquele despacho do Juiz do Tribunal Administrativo do Funchal. Neste momento não há fornecimento nessa obra e não estamos em nenhuma fase de ilegalidade. Se há algo de ilegal, é uma situação que está em Tribunal e como sabe a Câmara não pode agir em relação a isso. Em relação àquilo que disse o senhor deputado do CDS/PP, o senhor deputado sabe que quando o senhor Presidente esteve lá no Sábado de manhã a dizer que a recuperação daquele edifício no que concerne a aprovação do projecto teria toda a celeridade por parte dos serviços. Foi o que disse o senhor Presidente. Contem com o nosso apoio na parte burocrática para poder vir a recuperar este edifício numa zona turística, e que merece todo o apoio, independentemente da Instituição que lá está. Aquela zona da Cidade não pode ficar descurada, nem ao abandono com um edifício incendiado. Foi o que o senhor Presidente disse e é o que a Câmara tem vindo a fazer. O projecto já existia e esse mesmo projecto que o Clube Sport Madeira fez, foi novamente retomado, uma vez que na altura não foi adiante, visto não haver financiamento por parte dessa associação e que agora deu entrada nos serviços e está a ser analisado. Senhor deputado, não há recuo nenhum. Essa situação ao nível da cobertura, é para manter o

que lá está. Não há qualquer tipo de alteração. Eu não faço a defesa, nem a defesa da honra, nem ataco grupos empresariais que merecem muito respeito, como no caso que falou do grupo Blandy. Não me pronuncio sobre isso, nem sobre questões que são internas a esse mesmo Clube. Acho que este parlamento, esta Assembleia, não é o sítio certo para levantar estas questões, visto que essas pessoas não estão cá para poderem se defender. Senhores deputados do PS, em relação à vossa proposta e começando pela zona do Hospital dos Marmeleiros, queria dizer que a Câmara tem vindo a oficiar os proprietários desta mesma zona, no sentido de procederem à limpeza desses mesmos terrenos. É uma questão que o senhor Presidente e eu próprio publicamente temos vindo sempre a dizer. Os terrenos são propriedade privada, compete ao seu proprietário proceder à sua limpeza. Nem tudo aquilo que o Governo da República faz, é mal feito e há uma legislação recente desse mesmo Governo, que obriga a que a cinquenta metros das casas, que seja feita essa limpeza, mesmo que esses terrenos não sejam de propriedade de quem lá mora. Ou seja, se tenho uma casa a cinquenta metros tenho um conjunto de área florestal, o terreno não é meu, mas não preciso de pedir autorização ao proprietário desse terreno para entrar e limpá-los. A Câmara não pode ter o ónus da limpeza de toda a zona florestal do nosso Concelho, é impossível. Se o senhor deputado soubesse, e sabe concerteza, a área florestal do nosso concelho, era impossível a Câmara fazer isso e entrar em terrenos e, até poderíamos ser acusados de invasão de propriedade que não é nossa. Queria dizer que a notificação por parte da Câmara para proceder à limpeza é feita. Aquilo que é nossa responsabilidade é dizer a esses proprietários e sensibilizá-los para a limpeza dessas mesmas áreas. Mas digo-lhe que naquilo que é seu, por exemplo, o Parque Ecológico do Funchal, a Câmara tem vindo de uma forma muito responsável, a fazer essa limpeza. Em relação ao jardim e ao estacionamento, alguns desses terrenos e há

terrenos públicos da Região, mas não faz sentido em todas as áreas florestais estar a criar um jardim e um parque de estacionamento e a expropriar e a gastar dinheiro nesse sentido. Objectivamente, tem de haver essa necessidade de estacionamento, como há em muitos sítios e fazemos. Senhor deputado, em relação ao Caminho do Terço, o que temos de lamentar é a demora da obra, embora ainda esteja no programa inicial, ainda não foi feita uma prorrogação dessa mesma obra. Mas como sabe, a Câmara nas obras públicas que faz, pauta-se com grande rigor naquilo que é as obras a executar. Ou seja, as medições que são feitas, bem como a nível do acabamento das obras que a CMF faz. Também gostávamos muito, como outras entidades, e bem, utilizar acabamentos de maior visibilidade, maior atracção, pedra, etc. Mas infelizmente o orçamento que temos é para os muros de betão e fazermos um pouco mais que isso. Aquela obra tem um orçamento muito justo, e é esse orçamento que não nos permite proceder como era da nossa vontade, a uma primeira pavimentação para conseguir controlar os inertes, areia, restos de entulhos, em cerca de meio metro de cada lado que existe. Quando fizermos a pavimentação, será definitiva. Em baixo no troço mais habitacional tivemos que o fazer e fizemo-lo. Agora dos aviários para cima, era impossível fazê-lo por razões orçamentais. Aquelas obras não são de ampliação dos acessos ao Estádio do Eng. Rui Alves. Aquilo são obras importantíssimas para a cidade do Funchal, que sendo um estádio, uma infra-estrutura desportiva importante, a Câmara tem que estar atenta a isso. Aquelas obras são acima de tudo para a população residente do Caminho do Terço, privilegiando a ligação do Caminho do Meio, que como sabe, são arruamentos incluídos nesta mesma empreitada”.----------

O deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS, interveio dizendo:”Senhor vice-presidente, aqueles terrenos que eu falei na Estrada dos

Marmeleiros, não são propriamente terrenos privados, mas de uma organização, que neste e caso é da Santa Casa de Misericórdia. Subentende-se que é uma parte do Estado e como tal, penso que se a Câmara tomar a dianteira de defender os seus munícipes e, se atender à perigosidade daquela curva que diariamente põe em perigo aquele espaço logo abaixo deste matagal, acho que com uma proposta de bom senso, que é aquela que estamos a fazer, era de entrar em contacto com a Santa Casa da Misericórdia e fazer ali um espaço de estacionamento para moradores. Também seria importante para a fluidez do trânsito."----------

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, interveio dizendo:"Senhor Vice-presidente, obrigado pela sua explicação, mas de qualquer modo queria dizer o seguinte: é certo que aquelas vivendas têm pessoas a morar lá? Toda a gente sabe e essas pessoas têm água. Só gostaríamos de saber se aquilo está legal, uma vez que não tendo licença de habitabilidade, não tem autorização para electricidade nem água, e tem!"----------

O senhor Presidente da Assembleia, interveio para esclarecer o seguinte:"Eu quero informar que a EEM recebeu uma notificação do Tribunal no sentido de cortar a energia, e isso foi feito".----------

O deputado municipal Paulo Alexandre Barata, do PS, interveio dizendo:"Senhor Vice-presidente, relativamente à possibilidade de intervir para limpeza de matas pertencentes a proprietários de terrenos privados, existe legislação que permite isso e adaptação com decreto legislativo regional, foi proposto pela vereação do PS no ano passado que se procedesse à feitura dum regulamento para que isso fosse adaptado na cidade do Funchal. Isso foi chumbado pela vereação do PSD. Nós na altura também propusemos que o IMI incidente sobre áreas florestais pertencentes a privados que não fossem devidamente limpas, que fosse aumentado. Isso não foi chumbado, mas

foi suspenso. Não é totalmente correcto que não exista possibilidade legal de intervir para limpeza dessas áreas e depois a apresentação da conta aos seus proprietários. È preciso fazer um regulamento, que ainda não foi feito. Em relação ao IMI foi dito na altura que iríamos discutir isso mas não voltamos a discutir.”. ----------

O deputado municipal Jose Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV, interveio dizendo:”É que o PCP/PEV levantou aqui algumas questões da segurança da cidade e não obtivemos nenhuma informação. Solicitava que as mesmas fossem prestadas”.----

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, usou da palavra dizendo:” Em relação ao que disse o senhor deputado Barata, eu não disse que a Câmara não podia entrar. Eu disse que havia a possibilidade da Câmara entrar através dum processo, através de uma tramitação burocrática, tomando posse administrativa, fazendo essas obras e debitando o custo dessa mesma obra ao proprietário. Aquilo que disse, em tudo o concerne à posse administrativa, seja em questões de áreas florestais, seja em terrenos, ou em edifícios em degradação, e como deve compreender, isso por parte da Câmara é uma situação muito complicada. É que se usamos essa ferramenta, muitas vezes o que acontece é que a Câmara se transforma numa instituição de crédito em relação a muitos proprietários. O custo que isso tem, é impossível, porque sabemos que o custo começando pela questão dos edifícios, quando estão em questões de arrendamento, pelas rendas que são pagas pelos inquilinos, é impossível. A utilização da figura da posse administrativa da Câmara, quando está em causa alguma questão de interesse público, seja para limpeza, em termos de áreas florestais, é uma questão do ponto de vista financeiro muito pesada para qualquer autarquia. O que tem sido a nossa política é que realmente só a utilizamos em situações verdadeiramente excepcionais.”----------

O senhor Presidente da Câmara, interveio para dizer o seguinte:"Relativamente à segurança, eu acho que era importante reflectirmos sobre o que temos andado a fazer nos últimos anos, no que toca à segurança do País. Eu estou à vontade para fazê-lo, uma vez que trabalhei em Direito Criminal durante doze anos. E há muitos anos já existe abaixo da minha casa no Beco dos Vimieiros, um autêntico supermercado de droga. Em primeiro lugar, há duas questões que tem a ver com o entendimento dos comportamentos desviantes. Há quem entenda que em termos de comportamentos desviantes, isso é atribuído única e exclusivamente ao meio social, às condições socioeconómicas, e há quem entenda que não tem a ver com esses factores mas com muitos outros. Aqui na cidade do Funchal estamos a sofrer a consequência nacional que tem sido extremamente prejudicial para a gestão da questão de segurança. A circunstância de termos um corpo de intervenção policial de segurança pública que é manifestamente insuficiente com os seus quadros de intervenção no exterior, ou seja, a polícia hoje tem medo de intervir, porque muitas vezes chega ao Tribunal e é desautorizada à frente dos criminosos. Outra questão que temos e estamos fartos de falar é a exiguidade quer das instalações, quer dos recursos humanos da polícia judiciária. Isto é uma questão que se vem arrastando desde há muitos anos. Os quadros são insuficientes e as instalações são catastróficas. Outra questão: houve de facto um erro, que foi a alteração da legislação sobre a droga, e como sabem a anterior legislação permitia a intervenção policial baseando-se num pressuposto: O que se fez: alterou-se a legislação e neste momento a polícia só tem possibilidade de intervir, quando o criminoso é apanhado em flagrante delito. A situação em Santo António e Madalenas, tem muito a ver com a questão do tráfico. Há pelo menos dois pontos de tráfico desde há muito tempo. A polícia já interveio várias vezes. Esse indivíduo já foi presente ao Tribunal várias vezes e quase sempre são postos na rua.

Temos de fazer um esforço para alterar a legislação e não digam que é impossível. quem tem de ser defendido no verso do direito penal é o cidadão, são as crianças que andam ali nas escolas. Não são os traficantes nem os bandidos. Isto é a questão fundamental. E temos de fazer legislação penalizadora e que permita a intervenção das forças policiais. E os senhores deputados podem ter a certeza que no que toca à lei da droga a alteração quer foi feita, foi um perfeito absurdo, porque quando se tratava da presunção de posse havia a possibilidade de intervenção das forças policiais. Com a questão do flagrante delito, é susceptível de se apanhar droga na Região que normalmente parte de denúncias internas entre os próprios grupos de traficantes. Mas no que diz respeito ao tráfico, à venda de estupefacientes, é impossível a intervenção".----------

O Presidente da Assembleia, interveio dizendo:"A proposta do BE relativamente à Urbanização VIP, ficou esclarecido, senhor deputado?"----------

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, usou da palavra dizendo:"Não, senhor Presidente, não ficou esclarecido. Eu quero que a Assembleia Municipal tome uma posição relativamente ao que se deve fazer, se deve fiscalizar ou não? ----------

O Presidente da Assembleia, **pôs à votação a proposta de recomendação apresentada pelo BE, não tendo sido aprovada com onze votos a favor, sendo cinco do PS, três do PCP/PEV, dois do BE, um do CDS/PP e vinte e três votos contra do PSD. ----------**

Declarações de voto: ----------

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, fez a seguinte declaração de voto:" O grupo parlamentar do PSD, votou contra, porque entendemos que o que tem sido feito em relação ao papel que a Câmara deve ter em relação a esta

situação, tem respondido positivamente às notificações do Tribunal. Isto é um processo que está na área judicial e o executivo da Câmara tem tido um comportamento que se tem pautado pelo cumprimento da legalidade no que diz respeito às instruções e notificações do Tribunal. Entendemos que a Câmara tem cumprido com aquilo que deve cumprir. Agora com as dúvidas que possam existir, os Tribunais irão se pronunciar sobre isso.”----------

O Presidente da Assembleia, **pôs à votação a proposta de recomendação apresentada pelo BE, relativa à Vereada dos Três Paus à Viana, que se encontra obstruída, não tendo sido a mesma aprovada, com seis votos a favor, sendo três do PCP/PEV, dois do BE, um do CDS/PP, seis abstenções, sendo cinco do PS e uma do PSD e vinte e dois votos contra do PSD. ----------**

Declarações de voto: ----------

O deputado municipal Rui Ludgero Olim Marote, do CDS/PP, fez a seguinte declaração de voto:”Meus amigos, em relação à Urbanização VIP, o pai da criança sou eu, porque eu que levantei esta questão e uma coisa é certa, para ter água e luz é preciso ter a licença de habitabilidade.”----------

O Presidente da Mesa da Assembleia, interveio dizendo:”Senhor deputado, nós não estamos a discutir esse problema agora, estamos a falar do assunto dos Três Paus à Viana”.----------

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, interveio para dizer o seguinte:”Eu gostava de pôr um ponto de ordem a esta situação. O Senhor Presidente quando pediu declarações de voto em relação à situação da Urbanização VIP e, na altura só um grupo municipal pediu para fazer declaração de voto e foi fechada a discussão. E, não vemos em que circunstância surge esta intervenção. E, em relação a esta intervenção, gostava de dizer ao senhor deputado que aquilo que está a dizer é

verdade. É preciso licença de habitabilidade para haver fornecimento oficial por parte da Câmara, se há água e se a Câmara disse aqui que foi notificada pelo Tribunal para cortar o abastecimento de água e o fez. Pelo que o senhor deputado tem que fazer fé naquilo que a Câmara diz e procede legalmente. E em relação a esta situação, que fique bem claro, que eu próprio tive oportunidade de ver as fotografias e se de facto existe a situação de ilegalidade, tem de se proceder à devolução da legalidade. Mas entendemos que da forma que esta proposta está feita, em que a Assembleia e o próprio executivo sem conhecer na realidade exactamente tudo o que se passa, a Assembleia corre o risco de estar a fazer uma recomendação com base no testemunho de uma das partes apenas. Corre o risco de aprovar uma recomendação que depois não seja exequível. Estamos de acordo com o facto da analisar a situação e proceder em conformidade. Estamos de facto de acordo com isso, não estamos é de acordo que se aprove uma recomendação que nos diga imediatamente o que tem de ser feito, sem o conhecimento de todas as situações que estão envolvidas. Caso se aprove que realmente existe ilegalidade, é óbvio que a Câmara procederá com toda a conformidade “.----------

A senhora deputada municipal Maria José Gomes Afonseca Alves, do PCP/PEV, fez a seguinte declaração de voto:”Não entendo como é que o senhor vice-presidente disse que desconhecia e ia averiguar e depois o PSD vota contra. Como é que é, já não vamos averiguar? A proposta de recomendação é para averiguar. Também não entendo, como é que é que um senhor deputado não pode falar, não pode declarar voto duma proposta anterior e as informações que devem vir da mesa, podem ser dadas por um deputado de um outro partido, em vez de ser a mesa a justificar. Se eu não posso declarar um voto que devia ser feito anteriormente, um outro também não se pode pronunciar.”----------

O Presidente da Mesa da Assembleia, interveio dizendo:"A mesa apenas observou que aquela declaração de voto dizia respeito a um assunto que tinha sido objecto de declaração de voto anteriormente e, tínhamos passado para uma segunda questão."----

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, interveio dizendo:"Eu gostaria de dizer à senhora deputada, que se lesse com cuidado o Regimento, sabia que existe uma coisa, que é pedido de um ponto de ordem à mesa e foi isso que fiz. E, o senhor deputado conhece o Regimento e sabe que não pode fazer uma declaração de voto numa situação extemporânea como esta."----------

O Presidente da Mesa da Assembleia, usou da palavra dizendo: "O PS apresentou duas informações, uma relativa à limpeza de mata na estrada dos Marmeleiros e a outra relativa à pavimentação, em deficiente estado de conservação motivada pela excessiva passagem de camiões no Caminho do Terço, as quais foram remetidas à Câmara Municipal do Funchal".----------

Ordem de Trabalhos:----------

Apreciação da informação escrita do presidente da CMF, e acompanhamento da actividade da Câmara e das empresas municipais, e associações, em observância ao disposto nas alíneas c), d) e e), bem como da situação financeira da CMF, nos termos do artigo cinquenta e três da Lei cinco A dois mil e dois de onze de Janeiro, acompanhados da documentando constante da alínea cc) do número um e número quatro do artigo sessenta e oito da citada lei. ----------

O Presidente da Câmara, usou da palavra para dizer o seguinte:" Estou ao dispor de V: Exas. para qualquer esclarecimento". ----------

Inscrições: ----------

O deputado municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV, interveio para fazer a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra:"Olhando para o

relatório da situação financeira da CMF, podemos verificar que tem existido uma melhoria da situação a diversos níveis. Diminuíram as dívidas a terceiros, algumas das verbas a receber pela CMF foram cobradas e parece-nos que na generalidade surgem algumas melhorias. Uma das áreas onde continuam a ser altos os valores a receber pela CMF é na que concerne ao fornecimento de águas. E, aqui se bem nos lembramos, um dos grandes devedores era o Governo regional, diversos serviços e organismos do Governo Regional. Recordamos que em Dezembro de dois mil e cinco fomos informados nesta Assembleia que a questão estava a ser negociada, existindo já pagamentos por parte do Governo Regional. A questão que colocamos é se se verificaram evoluções nesta matéria, isto é, se as dívidas dos organismos governamentais continuam a ter um peso grande nestes valores ou se a situação conheceu desenvolvimentos favoráveis à Câmara Municipal do Funchal? ----------

O Presidente da Câmara, interveio dizendo:"Havia diligências na altura, como foi informado aqui na Assembleia Municipal, relativamente ao Serviço Regional de Saúde. Era o problema que tínhamos de resolver na altura: era encontrar uma metodologia, um protocolo de acordo que tornasse por um lado viável o pagamento da água em atraso por parte do Serviço Regional de Saúde, e quer das prestações vencidas, quer das vincendas. O protocolo neste momento está em vigor e está a ser cumprido. O Serviço Regional de Saúde cada mês paga o mês da respectiva prestação a pagar, mais duas vencidas para trás. E porque é assim? Porque é importante a cobrança deste dinheiro por parte da Câmara. Mas por outro lado, também é importante assegurar alguma possibilidade realista de pagamento por parte do Serviço Regional de Saúde. Penso que foi o equilíbrio que se encontrou. Tem sido integralmente cumprido e é uma boa solução".----------

Ponto dois: Proposta de alteração, em regime simplificado, do Plano Director Municipal do Funchal (PDM) - Incorporação do Plano Sectorial de Ordenamento Turístico (POT).----------

O vereador João José Nascimento Rodrigues, usou da palavra dizendo:"Hoje trago esta proposta, porque no fundo não é nem mais nem menos do que a incorporação das regras que estão definidas no Plano de Ordenamento Turístico e que são para incorporar no Plano Director. Decorre da lei esta situação, de incorporar as regras do Plano de Ordenamento Turístico, que é um Plano de hierarquia superior ao nosso Plano Director e daí incorporar as mesmas regras ao nosso Plano. De facto há regras que tínhamos definido no PDM nas zonas turísticas que têm de ser revogadas e passa a ser as normas que estavam definidas no referido Plano de Ordenamento Turístico. Não sei se querem que vos explique alguma coisa em termos de artigos e os que foram revogados e artigos que foram aditados. O que posso dizer é que os artigos quarenta e quatro a quarenta e nove, que têm a ver com as zonas turísticas, são todos revogados. Esses artigos ao serem revogadas são introduzidas outras regras que estavam definidas no POT para as zonas urbanas, que é o artigo número doze, em que está bem definido quais as regras que passam para serem cumpridas. Em termos de espaços fora do perímetro urbano, também é incorporado o artigo número treze do POT que passa a ser umas das regras a ser orientada em termos de empreendimentos turísticos. No fundo, decorre da lei a adaptação do nosso Plano de Director Municipal às regras do Plano de Ordenamento Turístico."----------

Inscrições: ----------

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, usou da apalavra dizendo:"Eu já disse isto ao senhor vereador João Rodrigues. Estas alterações que se fazem aos PDM e aos POT, normalmente dão bronca. Aconteceu

com a tal Urbanização VIP, está a acontecer agora com aquele prédio na Rua da Infância. As coisas andam para a frente e a certa altura alguém descobre que há alguma coisa que não está bem. Isto deve-se ao facto das alterações que são feitas serem pouco transparentes. Eu gostaria de saber melhor para que são estas alterações? Tem a ver com a questão do Savoy? Do Toco? Da Praia Formosa? Era isto que eu queria que a Câmara fosse transparente nesse aspecto. Não me parece que faça sentido que sejam introduzidas alíneas em artigos que dizem:" as edificações devem manter os alinhamentos …, salvo se outro alinhamento for definido pela CMF. Isto dá para tudo. É com isto que não concordamos e não vamos votar a favor."----------

O Vice-presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, interveio dizendo:" Senhor deputado, acho que o meu colega foi claro, quando disse que estávamos a adaptar um Decreto Legislativo Regional ao PDM, ou seja, um Decreto Regional que aprova o Plano de Ordenamento Turístico, Plano Sectorial de coincidência territorial, que ao abrigo do trezentos e oitenta, noventa e nove, é um plano superior, de hierarquia superior, que quando é alterado tem um prazo de noventa dias para o efeito através do regime de alteração simplificada, que é o que aqui está a ser votado. Foi essa a redacção que os senhores deputados da Assembleia Legislativa deram, e a Câmara incorpora na íntegra essa mesma redacção. A redacção não é nossa, não foi a Câmara que propôs. Foi do Parlamento Regional. Se concorda ou não com a redacção que leu, devia ter sido na altura que o seu deputado no Parlamento Regional podia ter feito essa observação. Não aqui. Aqui é um mecanismo de adaptação, digamos assim, previsto nos trezentos e oitenta. Segunda questão: mais transparente não pode ser. Aplica-se a todas as zonas turísticas de alta, baixa e meia densidade. De alto a baixo, aquilo que existe, é acima de tudo e a partir do momento que ainda existe uma possibilidade do Plano de Ordenamento Turístico de mil e quinhentas camas para o

concelho do Funchal e, a partir do momento que sabemos que no mercado ou há inovação ou morre-se, o que estamos a fazer é dar possibilidades para que cumprindo com a lei, dar um maior dinamismo ao sector económico do turismo. Nós estamos ao lado de quem investe."----------

O vereador municipal João José Nascimento Rodrigues, usou da palavra dizendo:" Eu quero acrescentar algo relativamente a essas questões que foram levantadas quanto ao Plano de Urbanização do Infante, do Toco, da Praia Formosa. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Repare: no Plano do Hotel do Savoy, temos um Plano de Urbanização que está a decorrer. É óbvio que estas regras não podem ser introduzidas a meio de um Plano que está a decorrer. Em termos do Plano da Praia Formosa: está mais do que ratificado esse Plano. Uma coisa nada tem a ver com a outra. ----------

O deputado municipal Rui Ludgero Olim Marote, do CDS/PP, interveio para dizer o seguinte:"O CDS/PP vai votar a favor desta proposta. Senhor vereador João Rodrigues, quero dizer novamente que eu vou ajudá-lo a carregar a sua cruz. Não vou ajudar a carregar a cruz que o senhor vereador Duarte Gomes deixou aqui dentro. Essa não, essa fica no chão. Porque aí nessa mesa, estão duas pessoas culpadas desta coisa. Agora, quero lhe dizer o seguinte: de facto o Plano Director vai ser alterado, naquela reunião de líderes deu-nos uma explicação perfeita. Isto vai ser alterado, porque vocês quando passarem na Estrada Monumental, junto ao Hotel Tivolly, se vocês pararem em cima, vão ver dois empreendimentos a crescer e isto porque, foi aprovada anteriormente por aquele senhor que eu não digo o nome, aquele que tem a cruz no chão."----------

O deputado municipal Cláudio Filipe Gouveia Torres, do PS, interveio fazendo a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra:" Esta proposta apresenta

eventuais elementos positivos, por exemplo obrigar a integração dos novos empreendimentos turísticos e edifícios com a paisagem local. No entanto, peca por conferir total liberdade dos departamentos municipais, mas também ao nível das decisões políticas, de aprovar determinados projectos urbanísticos que não cumpram os mesmos requisitos defendidos nesta proposta. Por exemplo, para os alinhamentos dos novos edifícios, é possível fugir a tais requisitos se porventura for definido pela CMF. É uma proposta manifestamente de carácter subjectivo, carecendo de maior rigor de Planeamento e Ordenamento urbanístico, conforme obrigam os Instrumentos de Gestão do Território. Desta forma, esta proposta não merecerá acolhimento do PS."----------

O deputado municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PSD, usou da palavra dizendo:" Em relação a esta proposta, a este ponto apresentado pela vereação, que mereceu o acolhimento em reunião de Câmara, isto faz-me lembrar um pouco o ditado "preso por ter cão, preso por não ter cão", se a Câmara não cumprisse com esta regulamentação e com a lei emanada da Assembleia Legislativa Regional é porque não cumpria com as doutrinas e com a lei definida para o PDM. Se cumpre, é porque quer abranger, cobrir e dar cobertura a projectos, como o BE mencionou, que foram já transparentemente explicados, que não tem nada a ver com esta situação. O PSD vai naturalmente votar a favor desta lei, em primeiro lugar porque está a favor da lei e quer cumprir com a mesma, tal como a vereação desta Câmara. Em relação ao CDS/PP, não se percebe, porque por um lado quer manter a sua doutrina, de defesa do investimento, por outro convém dizer mal do anterior vereador e foge à doutrina que rege aquilo que é filosofia do CDS/PP. Em relação ao PS, consta que pelos lados da Rua do Surdo há pouca animação, há desânimo, frustação, e o retrato dessa situação são as constantes caras novas que se vê aqui na Assembleia Municipal. É mau para o

PS, é mau para o combate político que uma oposição deve fazer a esta Câmara e mais uma vez, em declarações de trinta segundos, ficamos sem perceber o que é de facto a ideia do PS nesta Assembleia. Fiquei sem perceber qual era a vossa posição em relação a esta situação e pareceu-me que estavam contra o cumprimento da lei, contra a votação que foi emanada da Assembleia Legislativa Regional. Mais uma vez é pena a oposição que temos nesta casa. Se calhar é fruto daquilo que vemos em outros campos políticos da RAM. Eu gostaria pessoalmente que a oposição fosse diferente, mas é aquela que temos."----------

O deputado municipal Guido Marcelino Mendonça Gomes, do PS, usou da palavra dizendo:"Eu só queria dizer ao senhor deputado do PSD que infelizmente ele está nesta casa com os mesmos direitos que os outros estão cá dentro, para defender os assuntos que a própria população quer. Mas ele está aqui a tentar denegrir os grupos que cá estão e dizer mal dos outros.".----------

O Presidente da Mesa, pôs à votação este ponto, sendo aprovado por maioria com vinte e três votos a favor, sendo vinte e dois do PSD e um do CDS/PP, três abstenções do PCP/PEV e nove votos contra, sendo sete do PS e dois do BE. ------

Declarações de voto: ----------

O deputado municipal Énio Dionísio Vieira Martins, do PCP/PEV, fez a seguinte declaração de voto:"Sendo certo que existem algumas questões pouco claras e muita coisa que merecia outro tipo de explicação, também não nos parece correcto, de certa forma, criar um vazio legal nesta área e, pelo facto de estar definidos um conjunto de critérios que de alguma forma também regulamenta a intervenção na zona, daí a razão da nossa abstenção".----------

Ponto três: - Empresas Municipais – Frente MarFunchal – Gestão e Exploração de Espaços Públicos, EEM. – Alteração dos Estatutos. ----------

O Vereador Pedro Miguel de Amaro Bettencourt Calado, usou da palavra dizendo: "Antes de explicar um pouco porque que se propôs esta situação na Frente MarFunchal, só queria relembrar que a Frente MarFunchal, é a empresa municipal mais antiga das três empresas que a CMF tem. Já tem três anos de actividade, foi constituída em dois mil e quatro e quer pelas características que ela tem em termos de actividade, quer pela actividade que mantém juntamente com algumas parcerias que faz do sector privado, quer pela dimensão do seu objecto social, pela experiência que já foi recolhida em termos de administração, pela sua eficiência e eficácia de gestão que tem apresentado ao longo do tempo, fundamentalmente por uma racionalização financeira que foi por nós acolhida e considerada, que neste momento era oportuno, bem como, teve por objectivo tornar ou fazer com que esta empresa financeiramente se tornasse mais autónoma, ou seja, pudéssemos reduzir e, é aquilo que estamos a fazer ao longo do tempo. Já nos propusemos e trouxemos aqui à discussão quando trouxemos o orçamento para dois mil e sete, que era reduzir as transferências que a Câmara Municipal faz para a FrenteMar. O que se propõe aqui, é fazer a adaptação da lei que é a lei cinquenta e três F de dois mil e seis, que foi aprovada a vinte e nove de Dezembro, em que permite adaptar a estas empresas municipais o seu Conselho de Administração, nomeadamente passar de três administradores para um único administrador. Como sabe e, decorre da própria lei essa alteração estatutária teria de ser feita com o capital social de apenas duzentos mil euros. A empresa tinha um capital social de duzentos e cinquenta mil euros. Nós propusemos, na primeira reunião de Câmara, e agora estamos a submeter a assembleia municipal, um dos primeiros pontos era redução do capital social de duzentos e cinquenta mil euros para duzentos mil euros. A estrutura de capitais próprios mantém-se porque não há aqui uma redução de capital social mas apenas uma movimentação contabilística do

capital social, a estrutura mantém-se a mesma e depois de termos o capital social de duzentos mil euros, então faz-se a redução da sua estrutura accionista. Ela apenas com um administrador, mantém a mesma actividade que se manteve até agora. O estatuto remuneratório, desse único administrador, mantém-se igual, não é aumentado nem reduzido. Esta lei entrou em vigor em dois mil e sete e pegamos na oportunidade que a Lei deu e passamos para esta Empresa Municipal, razão pela qual submetemos aqui esta proposta."----------

Inscrições:----------

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, usou da palavra dizendo:" O BE concorda com os pressupostos enunciados pelo senhor vereador Pedro Calado, em termos de diminuição de despesas na FrenteMar, mas uma vez que votamos contra a criação das empresas municipais, vamos nos abster nesta votação".----------

O deputado municipal Rui Ludgero Olim Marote, do CDS/PP, disse:"Eu fiz parte do grupo que aprovou estas empresas, embora o CDS/PP em dois mil e quatro, o seu voto tivesse sido uma abstenção. Lembro-me na altura o Dr. Prada, na sua declaração de voto ter feito tudo para que não houvesse três administradores. Finalmente o senhor vereador Calado tem dado razão ao ex-deputado municipal. De facto reduzir de três administradores para um vai ter a nossa aprovação. O senhor vai poupar cerca de treze mil contos, mas fica só um administrador geral e ele vai contratar alguém para fazer o papel dos outros dois. Será que também é necessário retirar o cartão de crédito que um dos administradores da FrenteMar tem, para poder almoçar até dois mil e quinhentos? Mas vamos votar a favor".----------

O deputado municipal Paulo Alexandre Barata, do PS, interveio dizendo:"Parece que afinal e concerteza, com muito custo e atravessando muitos perigos, conseguiram

mais uma vez encontrar alguma coisa de positivo numa legislação aprovada por um Governo apoiado pelo PS".----------

A deputada municipal Micaela Gomes Camacho, do PS, interveio dizendo:"Esta proposta vai de encontro com aquilo que temos defendido, que é a redução dos custos com os cargos dirigentes. No entanto, os custos serão reduzidos na FrenteMar, mas transfere a maioria para a Câmara Municipal, visto que os dois administradores regressam à Câmara. Não tenho a certeza disso, gostaria de saber. A questão de fundo é que a CMF e as suas empresas municipais precisam de uma reorganização e passados quase dois anos esta vereação não reorganizou na íntegra. Isto é um bom princípio.".----------

O deputado municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PSD, interveio dizendo:" Em relação a esta proposta em concreto, apenas para dizer aquilo que já nos tem habituado esta vereação em termos de rigor nas finanças camarárias. Uma vez mais dá o exemplo e, de forma muito transparente, vem trazer aqui uma medida com implicações directas nas poupanças necessárias e na racionalidade que era quase indispensável concretizar aqui em termos da CMF. Em relação ao que disse o senhor deputado Paulo Barata. O problema não está em aproveitar as raríssimas coisas boas produzidas pelo Governo e pela maioria socialista nacional. O problema está em combater as inúmeras propostas aprovadas e cujo carácter negativo vem obrigar as Câmaras a fazer exactamente o mesmo com muito menos recursos e menos possibilidade para obter esses recursos.".----------

O vereador Pedro Miguel Amaro Bettencourt Calado, interveio para dizer o seguinte:"Só queria esclarecer o seguinte que é um dado importante e várias vezes já se falou nisso. Quando esta Assembleia Municipal aprovou a constituição da FrenteMar Funchal, que na altura fê-lo com três administradores, era imposto pela lei.

A lei que antigamente regulava as empresas municipais, não esta, impunha no mínimo três administradores. O ano passado quando constituímos aqui o Funchal Quinhentos Anos, também fomos obrigados a fazê-lo com o mínimo de três administradores. Foi um dos poucos aspectos positivos que esta governação do PS teve, que foi esta adaptação ao sistema do sector empresarial local. Realmente é um factor positivo. Razão porque agora se fez adaptação para um administrador. Queria dizer que esta diminuição de custos com o pessoal, está prevista em meio ano, cerca de quarenta e dois mil euros. É o que vamos poupar. Além disso, houve realmente uma reorganização dos serviços internos da empresa, pelos serviços de jardinagem, de limpeza. Também contratou-se outros tipos de serviços com outras empresas e vamos poder poupar nessa área cerca de cinquenta mil euros por ano. Não há aqui um aumento de encargos para a empresa Frente Mar, não está subjacente a contratação de pessoal para substituir o que lá existia. O que vamos fazer é uma reorganização dos serviços. Ainda se fez contratação de serviço externo para fazer exactamente o mesmo que já se fazia. Aproveitar pessoas internas. Não há contratação de pessoal. Há uma redução de custos, quer a nível de pessoal, quer a nível dos serviços que existia. Quanto à questão que levantou do cartão de crédito. Desde que entrei nesta casa até hoje, não foi movimentada nem foi gasta qualquer verba com o cartão de crédito da empresa municipal, nem naquela nem nas outras.”----------

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, usou da palavra para dizer o seguinte:”A senhora deputada disse, e muito bem, que havia uma transferência das duas administradoras para a Câmara. As empresas municipais são muitas vezes conotadas, e vejo do PS, do PSD, de todos os partidos acusarem as respectivas vereações dos mais diversos partidos sobre que essas empresas municipais são sítios, são postos avançados para a criação de lugares para distribuir muitas vezes pelos seus

companheiros camaradas de partido. No caso desta Câmara, as empresas municipais que eu tenho, tem sido sempre a nossa política, que nessas administrações, nós temos técnicos que muitos deles já desempenhavam funções de técnicos na Câmara, porque é esse o trabalho de uma administração. A Câmara que tem a tutela sobre essas empresas, e esses senhores que são técnicos, são administradores para executar tecnicamente essas orientações ao mais alto nível. Sendo técnicos, e creio que a senhora deputada não queira que essas pessoas vão para o desemprego, esses senhores que serão readmitidos no seu lugar de origem ou não, e são uma mais valia nalguns serviços da Câmara. Quer na Funchal Quinhentos Anos, que para além do senhor vereador Pedro Calado, que é o Presidente e que não aufere qualquer remuneração, mais duas senhoras administradoras, que eram do quadro desta casa e que não auferem qualquer tipo de rendimento. Em relação à Frente MarFunchal a pessoa que lá temos, sempre foi desta casa. Na empresa Socihabita, quem lá está, também são técnicos que eram do Departamento de Habitação desta casa. É a nossa política e é para manter."----------

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado com trinta e quatro votos a favor, sendo vinte e dois do PSD, oito do PS, três do PCP/PEV e um do CDS/PP e duas abstenções do BE. ----------

Declarações de voto:----------

O deputado municipal Énio Dionísio Vieira Martins, do PCP/PEV, fez a seguinte declaração de voto:"Nós também não fomos a favor da criação desta empresa. Mas a partir do momento que ela está criada, passamos todos a ter responsabilidade sobre ela e sobre a sua forma de funcionamento. Neste caso, com esta expectativa da redução de custos, de maior operacionalidade e de maior rigor, apoiamos esta alteração. Daí o nosso voto favorável."----------

O Vice-Presidente Bruno Miguel Camacho Pereira, usou da palavra dizendo:"Senhor Presidente, permita-me só um voto de congratulação à Mesa pela forma como dirigiu os trabalhos e como dizia o meu colega Engenheiro João Rodrigues, eu acho que esta nova orientação que a mesa deu em relação à apresentação das moções duma forma atempada, fez com que pela primeira vez, tivesse sido possível cumprir com o horário. Portanto, em nome da vereação manifestamos total concordância com a iniciativa de Vossa Excelência".----------

O Presidente da Mesa da Assembleia, interveio dizendo:" Obrigado, mas isto também estende-se a todos os deputados municipais, que também colaboraram com a mesa, no sentido de apresentar as propostas atempadamente. A todos muito obrigado."----------

Encerramento: ---------- ----------

Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezasseis horas e cinquenta e oito minutos, o Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada.----------

Esta acta foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. ----------

E de tudo para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida, achada conforme e subscrita por mim vai ser devidamente assinada. ----------

O Presidente da Assembleia. ----------

O primeiro Secretário.----------

O segundo Secretário. ----------

Fui presente: Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira ----------

---